



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

impugnadas foram realizadas a partir do dispositivo móvel previamente cadastrado pelo próprio autor. Aduzem que a maioria das transações foram validadas por biometria facial. Sustentam que a hipótese configura culpa exclusiva do autor, vítima da fraude, que não agiu com diligência ao entrar em contato com o número a ele informado pelos estelionatários via mensagem SMS. Alegam que a ordem de resgate dos investimentos e as posteriores transferências de valores a terceiros partiram do próprio autor. Reiteram que as operações não levantam qualquer suspeita de fraude, pois foram emitidas pelo dispositivo do autor e validadas por biometria facial. Pugnam pela improcedência do pedido e, subsidiariamente, pela repartição da responsabilidade pelos danos, em razão da culpa concorrente do autor.

Recurso recebido e contrariado (fls. 397/425).

É o relatório.

PASSO A VOTAR.

Cuida-se “ação de indenização por danos materiais”, proposta por ----- contra XP INVESTIMENTOS CORRETORA DE CâMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A e BANCO XP S.A.

O autor narrou, na petição inicial, que é pessoa idosa, com 78 anos, e que possui uma conta mantida junto ao Banco -----r, na qual recebe seus proventos e aposentadoria, e uma “conta investimento” mantida junto aos réus, “em que destinou todas as suas economias poupadas ao longo de diversos anos de muito trabalho e esforço” (fl. 4). Aduziu que realizava apenas investimentos de “modo ultraconservador” e de longo prazo, bem como que os valores da conta de investimentos eram movimentados exclusivamente entre esta e a sua própria conta mantida junto ao Banco -----r. Pontuou que, desde a abertura da conta junto aos

[illegible]



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

em relação ao perfil de uso da conta do autor. Afirmou que os serviços bancários prestados pelos requeridos contêm graves falhas de segurança.

Nesse cenário, ajuizou a presente demanda, pleiteando a condenação solidaria dos réus ao pagamento de danos materiais, consistente no valor das transações fraudulentas.

O D. Juízo a quo julgou procedente o pedido, nos seguintes termos (fls. 357/363):

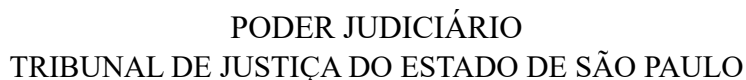
"No mérito, os pedidos deduzidos na inicial revelam-se procedentes.

A relação jurídica entre as partes é típica relação de consumo, pois o autor é destinatário final dos serviços prestados pela réus, o que leva ao enquadramento das partes nos conceitos trazidos pelos art. 2º e 3º do citado diploma legal.

Vale ressaltar o entendimento firmado na Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça: 'O código de defesa do consumidor é aplicável às instituições financeiras.'

Dentre os direitos básicos do consumidor, a facilitação da defesa de seus direitos em juízo, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências (art. 6º, inciso VIII, do CDC).

No caso dos autos, tanto a hipossuficiência técnica quanto a verossimilhança das alegações se fazem presentes, pois ainda que o autor tenha concorrido para o sucesso da fraude, após ser induzido a seguir orientações dos estelionatários para realização de resgate de todos seus investimentos e transferência de valores a terceiros, por meio de transferências bancárias via PIX e TED, houve evidente defeito no sistema de segurança das rés que, cientes do aumento exponencial de fraudes desta espécie, principalmente contra clientes idosos, permitiram que o autor resgatasse todos seus investimentos e os transferisse a terceiros, em um curto espaço de tempo, utilizando apenas o aparelho celular, sem qualquer averiguação ou alerta de possível fraude.



De fato, os extratos juntados aos autos pelo autor corroboram a alegação de que a conta mantida junto aos réus era utilizada apenas para fins de investimentos e transferências entre contas de titularidade do próprio autor, não havendo registros de qualquer pagamento ou transferências para terceiros, notadamente via Pix (fls. 115/131).

Ora, considerando que todos os investimentos do autor foram prematuramente resgatados e os respectivos valores foram integralmente transferidos para 7 (sete) pessoas físicas, era de se esperar que, no curso da fraude, as requeridas ao menos tivessem impedido a continuidade dos atos e contatado o autor para confirmar a validade das operações, que manifestamente discrepavam pelo montante, pela natureza e pelos destinatários -do uso habitual da conta.

Não bastasse, a tese da falha na prestação de serviços também é corroborada pelo fato de que há operações impugnadas de valores expressivos nos dias 12 e 13 de julho de 2023, não obstante o autor tenha entrado em contato com as requeridas no dia 11, como bem constatou o D. Juízo a quo.

Logo, o sistema de detecção de fraudes do banco réu deveria ter sido acionado automaticamente, obstando que as operações estranhas ao padrão de gastos do correntista se ultimassem em curto espaço de tempo.

Realmente, na particularidade do caso, não se pode

